

CAOS NAS MATERNIDADES. Delegado investiga mortes de bebês e recusa de atendimento a gestantes

Polícia Civil instaura inquérito

Casos foram registrados no Hospital Universitário e em clínicas localizadas em Maceió; investigador acredita que irá apontar responsabilidades

BLEINE OLIVEIRA
REPÓRTER

O delegado Ronilson Medeiros, chefe da Divisão Especial de Investigação e Capturas (Deic), acredita que vai conseguir definir as responsabilidades tanto no caso dos três bebês que morreram num período de 24 horas, no Hospital Universitário (HU), há cerca de 10 dias, quanto das gestantes que tiveram atendimento negado em hospitais e clínicas de Maceió, no domingo de carnaval.

“Será um trabalho demorado, mas não difícil”, disse ele, ontem, ao revelar que já solicitou do HU o número exato de óbitos, os nomes e endereços dos pais desses recém-nascidos. O delegado disse que essas informações devem ser encaminhadas ainda esta semana

pela direção do Hospital Universitário e, se assim não ocorrer, volta a requisitá-las estabelecendo prazo para resposta.

Na sequência das ações que adotou ao ser indicado delegado especial para essa apuração, Ronilson Medeiros disse que já começou a chamar diretores do Hospital do Açúcar e das maternidades Nossa Senhora da Guia, Santa Mônica e Nossa Senhora de Fátima, onde três gestantes afirmam que foram recusadas.

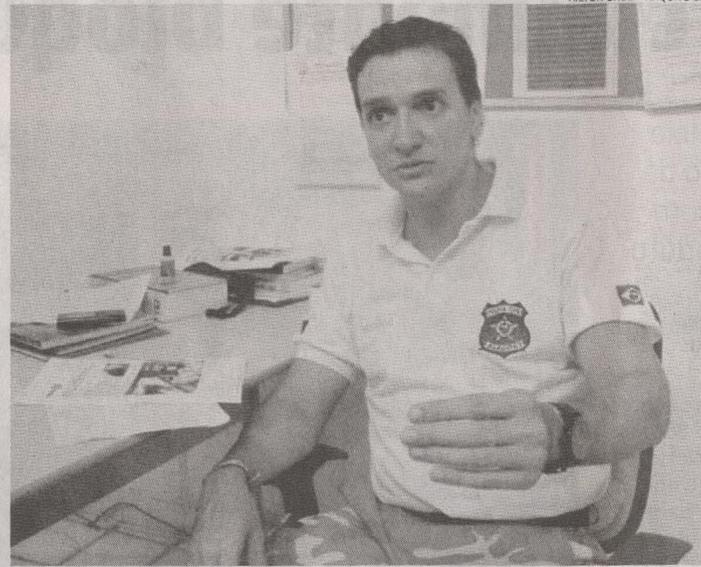
ALERTA DO MP

“Não sei exatamente quantas mulheres prestaram queixa na Central de Flagrantes, mas todas serão ouvidas. Ainda esta semana começam as oitivas”, informou o chefe da Deic. Ele foi indicado para a investigação depois que

o Ministério Público solicitou oficialmente o esclarecimento desses fatos.

O MP alertou os secretários de Saúde Rozangela Wyszomirska (Estado) e José Thomaz Nonô (Maceió) sobre decisão, de 2013, que obriga Estado e município a garantirem atendimento às parturientes e aos recém-nascidos. A decisão é fruto de ação civil pública impetrada pelo MP no Juízo da 16ª Vara da Fazenda Pública Estadual, que determinou a garantia de assistência às gestantes em até 48h.

“É importante que fique claro que não somente as maternidades públicas negaram atendimento, mas principalmente as filantrópicas e particulares contratualizadas com o SUS. Elas têm a obrigação de prestar assistência às gestantes e não o fizeram”, alertou a promotora Micheline Tenório, coordenadora do Núcleo de Defesa da Saúde do MP/AL. A promotora entende que os dois secretários devem explicar quais as medidas que ado-



Delegado Ronilson Medeiros já começou a ouvir diretores de hospitais onde gestantes teriam sido recusadas

taram para atender à determinação da Justiça.

ORIENTAÇÃO

Por meio da assessoria de comunicação, a direção do Hospital do Açúcar afirmou que ali não houve recusa de parturientes, mas equívoco de um funcionário, que havia fechado com cadeado o portão de acesso à maternidade.

Mas o erro foi imediatamente corrigido, assegura, com a garantia do atendimento às gestantes que procuraram a unidade.

Depois da denúncia na Central de Flagrantes, no bairro do Farol, a situação parece ter sido normalizada. Ontem, 25 pacientes de alto risco estavam internadas na Maternidade Santa Mônica, que,

a exemplo do HU, só está recebendo gestantes nessa condição e encaminhadas pelo Complexo Regulador (Cora).

As gestantes de baixo risco e a demanda espontânea, ou seja, grávidas em qualquer situação, devem ser orientadas para onde seguir, quando chegar a hora do parto, ainda durante o pré-natal. ☺